



RESOLUÇÃO Nº 102/2023-CI/CCS
(Revogada pela Resolução nº 090/2025-CI/CCS)

~~CERTIDÃO~~

~~Aprova Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Fisiopatologia.~~

~~Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro, no dia 30/11/2023.~~

~~Kleber Guimarães
Secretário.~~

~~Considerando o disposto no Inciso XVII do artigo 48 da Resolução nº 008/2008-COU.
Considerando o Ofício nº 004/2023-PBF.
Considerando o contido no Processo nº 01541/2002-PRO (eProtocolo nº 21.255.049.3);~~

~~O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE APROVOU E EU, DIRETOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:~~

~~Art. 1º~~ ~~Aprovar o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Fisiopatologia (PBF), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Maringá, conforme anexo, parte integrante desta Resolução.~~

~~Art. 2º~~ ~~Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções nº 117/2018-CI/CCS, 029/2022-CI/CCS e demais disposições em contrário.~~

~~Dê-se ciência.
Cumpra-se.~~

~~Maringá, 04 de outubro de 2023~~

~~Prof. Dr. Miguel Machinski Junior.
Diretor.~~

ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 07/12/2023. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)



ANEXO

Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Fisiopatologia

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Biociências e Fisiopatologia (PBF) é vinculado ao Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina (DAB), destinado à formação de pessoal qualificado para o magistério superior, atividades de pesquisa e exercício profissional.

Art. 2º O PBF é constituído de um ciclo de estudos regulares, sistematicamente organizados e de atividades de pesquisa, conduzindo à obtenção do grau acadêmico de Mestre e/ou Doutor, na área de concentração em Biociências e Fisiopatologia Aplicadas à Farmácia.

Parágrafo único. O grau de mestre não constitui requisito obrigatório para a obtenção de grau de Doutor desde que atendidas às normas internas específicas do programa, aprovadas pelo Conselho Acadêmico (CA).

Art. 3º O PBF tem como objetivos:

- I – capacitar mestres, doutores e pesquisadores em biociências e fisiopatologia, habilitando-os à prática da investigação científica;
- II – formar mestres, doutores e pesquisadores capacitados para atender a demanda de instituições de ensino em saúde;
- III – promover ambiente de discussão e entendimento sobre doenças e agravos que acometem o ser humano no sentido de desenvolver no aluno o pensamento crítico, tornando-o apto ao aprimoramento e à adequação de novas tendências em saúde.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 4º O curso de mestrado tem duração mínima de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, e o curso de doutorado tem duração mínima de 24 (vinte e quatro) meses e máxima de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da matrícula, excluído o período de trancamento e de licença maternidade ou paternidade.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por recomendação do orientador, o CA do PBF pode conceder a extensão do prazo máximo, por um período de até 6 (seis) meses, para ambos os cursos, observados os seguintes requisitos:

- I – o aluno deve ter completado todos os requisitos do curso, exceto a defesa da dissertação ou tese;



~~II o pedido formulado e assinado pelo aluno e orientador, devidamente justificado, deve estar acompanhado do documento de aprovação do projeto de pesquisa pelo CA, no qual deve ser registrada a fase em que se encontra a pesquisa e a nova programação de seu desenvolvimento para completar o trabalho no prazo previsto no pedido de prorrogação.~~

~~**Art. 5º** Para obter o título de mestre, além de outras exigências regulamentadas por normas do programa, o aluno deve cursar o(s) componente(s) curricular(es) obrigatório(s) e número de componentes suficiente para completar no mínimo 19 (dezenove) créditos, sendo que destes no mínimo 10 (dez) cursados no âmbito do PBF.~~

~~**Art. 6º** Para obter o título de doutor, além de outras exigências regulamentadas por normas do programa, o aluno deve cursar o(s) componente(s) curricular(es) obrigatório(s) e número de componentes suficiente para completar no mínimo 29 (vinte e nove) créditos, sendo que destes no mínimo 10 (dez) cursados no âmbito do PBF.~~

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ACADEMICO DO PROGRAMA

~~**Art. 7º** A coordenação didático pedagógica do PBF cabe ao CA do programa, constituído de:~~

- ~~I coordenador e coordenador adjunto, credenciados como docentes permanentes;~~
- ~~II pelo menos 2 (dois) representantes dos docentes permanentes;~~
- ~~III pelo menos 1 (um) representante discente do curso de Mestrado e 1 (um) do curso de Doutorado.~~

~~**Art. 8º** O CA é presidido pelo coordenador do PBF e tem as seguintes condições de estrutura e funcionamento:~~

- ~~I o coordenador e o coordenador adjunto do PBF são eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;~~
- ~~II o mandato dos representantes discentes é de um ano, permitida uma recondução;~~
- ~~III o mandato dos representantes docentes é de 2 (dois) anos, sendo permitida reconduções;~~
- ~~IV o coordenador adjunto substitui o coordenador em suas faltas ou impedimentos;~~
- ~~V nas faltas e impedimentos do coordenador e coordenador adjunto, assume a coordenação o membro do CA mais antigo na docência do PBF na UEM e no caso de impossibilidade deste segue linha sucessória pelo critério de antiguidade;~~
- ~~VI no caso da vacância simultânea dos cargos de coordenador e coordenador adjunto do PBF, assume a coordenação o docente indicado conforme o Inciso V deste artigo para no prazo de 30 (trinta) dias convocar eleição para provimento dos cargos vacantes com um novo mandato;~~
- ~~VII no caso da vacância do cargo de coordenador adjunto, fica à cargo do CA a decisão sobre o provimento ou não do cargo até o final do mandato do coordenador;~~
- ~~VIII o CA se reúne com a maioria de seus membros em primeira convocação, ou com qualquer número de presentes em segunda convocação, e delibera por maioria de votos dos presentes.~~



Art. 9º Compete ao CA do programa:

~~I – reunir-se periodicamente, por convocação do coordenador ou a pedido, por escrito, de dois terços dos seus membros, sob a presidência do coordenador, com a maioria de seus membros em primeira convocação, ou com qualquer número de presentes em segunda convocação, e deliberar por maioria de votos dos presentes;~~

~~II – deliberar sobre a composição dos quadros de docentes do PBF nas categorias: permanentes, colaboradores e visitantes;~~

~~III – credenciar e descredenciar docentes segundo critérios estabelecidos pelo Programa;~~

~~IV – aprovar a atribuição de orientação conforme regulamento do PBF;~~

~~V – credenciar doutores externos ao PBF como co-orientadores de dissertações ou teses;~~

~~VI – propor alterações curriculares e submetê-las à apreciação do Conselho Interdepartamental (CI);~~

~~VII – aprovar, conforme regulamentado, projetos de dissertação e tese;~~

~~VIII – aprovar ementas, programas de disciplinas, carga horária, número de créditos e critérios de avaliação de disciplinas e o calendário acadêmico do Programa;~~

~~IX – designar docentes integrantes do quadro do PBF para proceder à seleção dos candidatos ao curso de mestrado e aprovar as normas e editais de seleção de acordo com resolução específica sobre processos seletivos;~~

~~X – realizar a seleção dos candidatos ao curso de doutorado, segundo normas internas do PBF;~~

~~XI – aprovar Banca Examinadora da defesa de dissertação ou tese, e de qualificação do doutorado;~~

~~XII – apreciar e propor convênios com entidades públicas ou privadas de interesse do PBF;~~

~~XIII – acompanhar as atividades do PBF nos departamentos ou em outros setores;~~

~~XIV – propor ao CI aprovação de normas ou suas modificações;~~

~~XV – submeter ao CI, anualmente, o número de vagas do Programa;~~

~~XVI – julgar recursos e pedidos;~~

~~XVII – analisar e decidir sobre aproveitamento de estudos, em disciplinas cursadas em Programas *Stricto sensu*, equivalência de créditos, dispensa de disciplinas, bem como sobre outras questões referentes à vida acadêmica do aluno, respeitando as normas internas do PBF;~~

~~XVIII – homologar os resultados dos exames de proficiência em língua estrangeira;~~

~~XIX – decidir sobre a concessão e manutenção de bolsas de estudo a partir do relatório da Comissão de Bolsas;~~

~~XX – interagir com instituições afins e órgãos de fomento em aspectos relacionados às atividades da pós-graduação;~~

~~XXI – deliberar sobre a distribuição de recursos orçamentários e financeiros do PBF;~~

~~XXII – aprovar e propor modificações no Regulamento do PBF;~~

~~XXIII – Propor e aprovar quaisquer medidas julgadas úteis ao andamento do PBF.~~

Art. 10. A coordenação do PBF conta com uma secretaria que tem as seguintes atribuições:

~~I – receber as inscrições dos candidatos ao processo seletivo para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado e para concessão de bolsas em ambos os cursos;~~

~~II – receber a matrícula dos alunos;~~

~~III – receber as inscrições dos alunos em componentes curriculares;~~



- ~~IV – secretariar, organizar e manter o cadastro de reuniões do CA;~~
- ~~V – manter em dia o livro de atas;~~
- ~~VI – manter o corpo docente e discente informados sobre prazos, procedimentos, resoluções e normas inerentes à pós-graduação;~~
- ~~VII – colaborar com a coordenação na execução das atividades administrativas do PBF;~~
- ~~VIII – manter atualizada e tornar disponível aos docentes do Programa a documentação contábil referente às finanças do PBF;~~
- ~~IX – enviar ao órgão de controle acadêmico (DAA) da Universidade toda a documentação necessária requerida, assim como informações referentes ao cumprimento das exigências institucionais e do PBF que surgirem durante a vida acadêmica do pós-graduando, nos prazos devidos e sempre que solicitado;~~
- ~~X – tomar as providências administrativas relativas à defesa das dissertações e teses;~~
- ~~XI – tomar providências para aquisição de bens e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades do PBF, conforme legislação estadual e federal vigentes;~~
- ~~XII – contribuir para elaboração de relatórios exigidos pelos órgãos oficiais.~~

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

~~Art. 11. A eleição dos membros do CA deve ser regulamentada pelo PBF e convocada de maneira presencial ou virtual, seguindo as normas da UEM, pelo coordenador do PBF e realizada até 30 (trinta) dias antes do término do mandato de seus membros em exercício.~~

~~§1º O coordenador e o coordenador adjunto são escolhidos dentre os membros do corpo docente permanente e eleitos por todos os professores do programa e pelos representantes discentes.~~

~~§2º Os representantes docentes do CA e seus suplentes são escolhidos e eleitos dentre os membros do corpo docente permanente do PBF.~~

~~§3º Os representantes discentes (Mestrado e Doutorado) e seus suplentes são escolhidos dentre os alunos regulares e são eleitos pelos alunos regularmente matriculados em cada curso.~~

~~Art. 12. A inscrição dos candidatos deve ocorrer por chapa, formada por coordenador e coordenador adjunto, e deve ser realizada por meio da plataforma eProtocolo.~~

~~Parágrafo único. O CA define as normas para eleição de coordenador, de coordenador adjunto e de seus membros.~~

~~Art.13. Recurso contra as decisões da eleição pode ser interposto na secretaria do PBF, durante o dia útil imediatamente posterior ao da apuração, devendo o CA emitir decisão até 72 (setenta e duas) horas após o encerramento do prazo para interposição de recurso.~~

~~Parágrafo único. É vedada a inscrição de candidato em mais de uma chapa.~~

CAPÍTULO V DO CORPO DOCENTE

~~Art. 14. O corpo docente do PBF é constituído de docentes permanentes, colaboradores e visitantes.~~



~~§1º Integram a categoria de permanente o docente enquadrado e declarado anualmente pelo Programa na CAPES, o qual deve desenvolver atividades de orientação, ensino e pesquisa, possuir vínculo funcional administrativo com a UEM ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadre em uma das seguintes condições:~~

~~a) quando recebe bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;~~

~~b) quando, na qualidade de docente ou pesquisador aposentado, tenha firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do PBF;~~

~~c) quando tenha sido cedido, por acordo formal, para atuar como docente do PBF;~~

~~d) quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não estiver desenvolvendo de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação ou participação de projetos de pesquisa do PBF, desde que atendidos os demais requisitos.~~

~~§2º Integra a categoria de colaborador os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docente permanente ou como visitante, incluído os bolsistas de pós-doutorado, mas que participam de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente se possuam ou não vínculo com a instituição.~~

~~**Parágrafo único.** O desempenho de atividade esporádica como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;~~

~~§3º Integra a categoria de visitante o docente ou pesquisador com vínculo funcional administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que seja liberado, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atue como orientador e em atividades de extensão.~~

~~**Parágrafo único.** A atuação do docente ou pesquisador visitante no programa deve ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.~~

~~§4º Pode permanecer no corpo docente ou ser cadastrado como novo docente do programa o docente aposentado da UEM ou de outras Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa, desde que atenda as exigências e normas internas do PBF e da UEM.~~

~~§5º Os critérios e períodos de inclusão e manutenção de docente no programa são regulamentados pelo CA em normas específicas, atendendo às normativas da CAPES em vigor.~~



Art.15. São atribuições do corpo docente:

- ~~I – ministrar aulas teóricas e práticas;~~
- ~~II – desenvolver projetos de pesquisa;~~
- ~~III – orientar trabalhos de campo;~~
- ~~IV – promover seminários;~~
- ~~V – participar de Bancas Examinadoras e Comissões Julgadoras;~~
- ~~VI – orientar dissertações e teses;~~
- ~~VII – desempenhar todas as atividades, dentro dos dispositivos regulamentares, que possam beneficiar o programa.~~

~~§1º Cada docente permanente deve ser responsável por no mínimo 1 (um) componente curricular por curso do PBF, oferecido de forma condensada ou extensiva anualmente.~~

~~§2º No PBF, a periodicidade de oferta dos componentes curriculares pelo docente responsável é anual em no mínimo 1 (um) deles por curso, cujo não cumprimento acarreta em descredenciamento do programa.~~

~~§3º Não é facultado a docente colaborador ou à aquele não credenciado ao programa propor e/ou ser responsável perante a UEM e à CAPES por componentes curriculares que compõe a grade curricular do Programa.~~

CAPÍTULO VI DA ORIENTAÇÃO

~~Art. 16.~~ Cada aluno tem um docente orientador de dissertação ou tese, dentre os professores credenciados do programa, homologado pelo CA.

~~§1º Pode ser aceito como coorientador docente doutor vinculado ou não ao Programa, com a aprovação do CA.~~

~~§2º O número máximo e mínimo de orientandos por docente orientador é estabelecido por norma interna do Programa, conforme normas da CAPES.~~

~~§3º O docente orientador pode ser substituído, desde que aprovado pelo CA.~~

Art. 17. São atribuições do docente orientador:

- ~~I – elaborar, juntamente com o aluno, o plano de estudos do orientando e endossar o formulário de matrícula;~~
- ~~II – definir juntamente com o aluno, o projeto de dissertação ou tese e submetê-lo à aprovação do CA;~~
- ~~III – cumprir os prazos e normas estabelecidas no presente regulamento e em outras instruções emitidas pelo CA.~~

CAPÍTULO VII DO CORPO DISCENTE

Art. 18. O corpo discente do PBF é formado de alunos regulares e não regulares:

~~§1º Aluno regular é aquele portador de diploma de curso superior, com ingresso via processo de seleção do Programa, matriculados no mesmo. Na impossibilidade de apresentação do diploma por ocasião do processo seletivo e matrícula, o candidato deve~~



~~apresentar um documento oficial da instituição de ensino superior que comprove o cumprimento das exigências curriculares para conclusão de curso até a emissão do diploma;~~

~~§2º Aluno não regular é aquele portador de diploma de curso superior matriculado em uma ou mais disciplinas, aceito de acordo com as normas internas do PBF;~~

~~§3º O aluno não regular é sujeito, no que couber, às normas aplicáveis ao aluno regular, fazendo jus ao certificado de aprovação em componente curricular expedido pelo órgão competente;~~

~~§4º A matrícula de aluno não regular em componente curricular faz-se, sempre, após finalizado o prazo estabelecido para a matrícula do aluno regular, condicionada à existência de vagas, bem como às normas do PBF;~~

~~§5º Havendo vagas e, com aquiescência do docente responsável pelo componente curricular, o coordenador do Programa pode autorizar a matrícula de aluno em componentes isolados, obedecendo-se o nível do curso (mestrado ou doutorado) exigido para o componente curricular. O conjunto dos componentes curriculares autorizados não pode exceder 1/3 (um terço) do total de créditos exigidos para o mestrado ou doutorado e não gera direito a vaga regular e/ou obtenção do grau de mestre ou doutor;~~

~~§6º O PBF pode aceitar aluno ouvinte, que é aquele que com a aquiescência do docente responsável pelo componente curricular, recebe autorização do coordenador do Programa para assistir aulas dos cursos, não tendo direito a aproveitamento dos estudos realizados ou avaliação de seus conhecimentos adquiridos;~~

~~**Parágrafo único.** Excepcionalmente e mediante aprovação do Programa, podem ser aceitos, como alunos não regulares, alunos não diplomados cursando o último ano de graduação.~~

~~§ 7º Aluno com necessidades especiais têm seus direitos resguardados, conforme previsto em legislação federal, estadual e institucional.~~

CAPITULO VIII DO PROCESSO DE INGRESSO

~~**Art. 19.** O ingresso no PBF dá-se por meio de processo seletivo interno a ser realizado:~~

~~§1º A inscrição para seleção ao PBF é realizada na época fixada em edital, mediante requerimento ao coordenador do CA, instruído da documentação especificada;~~

~~§2º É aceita inscrição de graduado em cursos de quaisquer áreas do conhecimento;~~

~~§3º Candidato portador de diploma obtido em universidade estrangeira deve submetê-lo ao CA, que julga sua equivalência e então reconhecimento a um dos cursos superiores nacionais referidos no §2º deste artigo;~~

~~**Parágrafo único.** O processo seletivo para ingresso no PBF é aberto por meio de edital específico no qual consta o número de vagas regulares conforme determinações federais, estaduais e institucionais.~~

~~**Art. 20.** O processo seleção é subsidiado pela documentação exigida na inscrição, que é examinada e homologada pela Comissão de Seleção nomeada pelo CA do programa para este fim.~~



~~§1º Em não havendo consenso na Comissão de Seleção sobre a matéria, a mesma deve ser analisada e deliberada pelo CA.~~

~~§2º O resultado do processo de seleção deve ser homologado pelo CA do Programa.~~

~~Art. 21. O candidato à ingresso no PBF é selecionado conforme curso pretendido por uma das seguintes maneiras:~~

~~I- mestrado: seleção por uma comissão designada pelo CA, em processo seletivo único, com data previamente definida, incluindo prova escrita, análise de *curriculum vitae* e entrevista;~~

~~II- doutorado: seleção pelo CA, em processo seletivo bianual, baseado na análise do *curriculum vitae*, na apresentação e defesa do projeto de tese e no aceite do docente orientador.~~

~~Parágrafo único. É facultada a abertura de processo seletivo adicional para preenchimento das vagas ou a critério do CA.~~

~~Art. 22. Pode ser selecionado, tanto para mestrado quanto para doutorado, aluno estrangeiro, conforme critérios estabelecidos pelo CA.~~

~~Art. 23. O candidato à ingresso no PBF deve manter os dados atualizados para contato durante a validade do processo seletivo estabelecido em edital do Programa.~~

~~Art. 24. A isenção da taxa de inscrição deve obedecer a legislação estadual e federal vigentes que tratam da matéria.~~

~~Art. 25. A inexatidão de declarações ou de dados e a irregularidade na documentação verificada em qualquer etapa do processo seletivo acarreta em desclassificação automática do candidato, sem prejuízo das sanções penais.~~

~~Art. 26. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito a matrícula, devendo o mesmo, ser classificado dentro das vagas ofertadas, possuir e apresentar a documentação exigida no prazo previsto em Edital de matrículas do PBF.~~

CAPÍTULO IX DA ADMISSÃO, MATRÍCULA, FREQUÊNCIA, AFASTAMENTO E DESLIGAMENTO

~~Art. 27. O candidato selecionado e classificado, no limite de vagas, deve requerer com a aquiescência de seu orientador, sua matrícula na secretaria do PBF, dentro do prazo estabelecido em calendário próprio, elaborado pelo CA.~~

~~§1º A matrícula inicial deve ser efetivada junto ao órgão de controle acadêmico da UEM, por meio da secretaria do Programa.~~

~~I- o exame de proficiência em língua inglesa deve atender às normas estabelecidas pelo CA;~~

~~II- o candidato estrangeiro, natural de países de língua inglesa, está dispensado da prova de proficiência em língua inglesa;~~



~~§2º O candidato selecionado pode ser beneficiado com bolsa, dependendo da disponibilidade das mesmas, conforme deliberado pela comissão de bolsas do programa designada para este fim, em consonância com as normas federais e estaduais vigentes.~~

~~Art. 28. A matrícula é realizada por componentes curriculares em consonância com o programa de estudos estabelecido pelo docente orientador, dentre o elenco ofertado a cada semestre;~~

~~Parágrafo único. A matrícula do aluno regular deve ser renovada semestralmente, mesmo após a integralização dos créditos em componentes curriculares, quando então a matrícula é referente às atividades de pesquisa.~~

~~Art. 29. É obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nos componentes curriculares e nas atividades correlatas de pós-graduação.~~

~~§1º Aulas, demonstrações e/ou outras atividades consideradas de fundamental importância e de difícil reposição, podem ter frequência obrigatória, sendo reprovado o aluno que não as assistir.~~

~~§2º O cancelamento de matrícula em qualquer componente curricular é regulamentado pelo CA.~~

~~Art. 30. A matrícula pode ser trancada por solicitação do aluno com a anuência/justificativa do orientador, no máximo por 6 (seis) meses, consecutivos ou não, em qualquer estágio do curso.~~

~~§1º O requerimento deve ser acompanhado da exposição de motivos e de documentos comprobatórios.~~

~~§2º O CA pode aprovar o pedido de trancamento de matrícula apenas em casos excepcionais conforme normas vigentes da CAPES.~~

~~Parágrafo único. Durante o período de trancamento da matrícula, fica suspensa a contagem de tempo para o prazo máximo de conclusão do curso.~~

~~Art. 31. As atividades domiciliares ou de licença médica devem ser requeridas por meio de protocolo usual obedecendo aos seguintes critérios:~~

~~I - o aluno tem até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do impedimento, para protocolar o requerimento junto à DAA;~~

~~II - após análise e deferimento, a DAA comunica a secretaria do Programa, que deve notificar o docente responsável pela disciplina e o professor orientador;~~

~~III - o período de afastamento não pode ser inferior a 15 (quinze) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias no ano letivo, exceto para o caso de licença maternidade ou paternidade conforme legislação estadual e federal vigentes.~~

~~§1º A concessão de licença médica não implica em prorrogação automática dos prazos parciais e de conclusão do curso;~~

~~§2º A prorrogação do prazo para a integralização do curso não é automática, devendo ser solicitada e aprovada pelo CA, no momento da necessidade;~~

~~§3º A solicitação de licença maternidade ou paternidade é requerida via protocolo junto à DAA, que comunica a secretaria do Programa;~~

~~§4º A licença maternidade ou paternidade é concedida, mediante solicitação, de acordo com a legislação em vigor;~~

~~§5º A concessão de licença maternidade ou paternidade implica em prorrogação automática da conclusão do curso.~~



Art. 32. ~~É desligado do programa o aluno que se enquadrar em uma ou mais das seguintes situações:~~

- ~~I – obter conceito R em qualquer componente curricular repetido;~~
- ~~II – obter dois conceitos R em quaisquer componentes;~~
- ~~III – ultrapassar os prazos regimentais fixados neste regulamento;~~
- ~~IV – caracterizar sua desistência pelo não cumprimento da matrícula semestral;~~
- ~~V – caracterizar sua desistência pelo não cumprimento das atividades científicas estabelecidas pelo docente orientador para obtenção do grau de mestre ou doutor;~~
- ~~VI – não entregar o projeto de dissertação ou tese no prazo estipulado por norma interna do Programa.~~

Art. 33. ~~O aluno desligado do programa pode reingressar no mesmo, após submeter-se a novo processo de seleção, em condições de igualdade com os demais candidatos.~~

§1º ~~Caso seja selecionado no limite de vagas ofertadas e cumpra as demais exigências para matrícula, só pode submeter ao CA pedido de aproveitamento de créditos cursados anteriormente como aluno regular e não regular do programa em componentes que tenha obtido, no mínimo, nível B;~~

§2º ~~Nos casos em que o desligamento tiver ocorrido após a aprovação do projeto de dissertação ou de tese, ao reingresso o aluno, com anuência do orientador, deve submeter à aprovação do CA novo projeto, com justificativa circunstanciada, caso seja mantido o mesmo tema.~~

CAPÍTULO X DO REGIME DIDÁTICO E PEDAGÓGICO

Art. 34. ~~Os programas dos componentes curriculares de pós-graduação devem ser aprovados pelo CA, ouvidos os docentes responsáveis.~~

Art. 35. ~~O aproveitamento em cada componente curricular é avaliado por meio de provas, exames, trabalhos e/ou projetos, bem como pela participação e interesse demonstrados pelo aluno, conforme o plano de ensino aprovado pelo CA.~~

§1º ~~O rendimento escolar é expresso por meio dos seguintes conceitos:~~

- ~~A = Excelente, com direito a crédito~~
- ~~B = Bom, com direito a crédito~~
- ~~C = Regular, com direito a crédito~~
- ~~I = Incompleto~~
- ~~S = Suficiente~~
- ~~J = Abandono justificado~~
- ~~R = Reprovado~~

§2º ~~Para efeito de registro acadêmico adota-se a seguinte equivalência em notas:~~



A = 9,0 a 10,0;

B = 7,5 a 8,9;

C = 6,0 a 7,4;

R = Inferior a 6,0;

I = Incompleto, atribuído ao aluno que, tendo nível C ou superior, deixar de completar, por motivo justificado e comprovado, uma pequena parte do total de trabalhos ou provas exigidas. É um conceito provisório que é transformado em A, B, C, S ou R, de acordo com a avaliação do professor responsável pelo componente curricular;

S = é atribuído ao aluno que obtiver aprovação em componente(s) curricular(es) da matriz curricular do PBF e de outros cursos de pós-graduação que não consta(m) crédito(s);

J = Abandono justificado: atribuído ao aluno que por motivo justificado e comprovado tenha abandonado o componente curricular. É nível provisório que dá direito ao aluno de cursar novamente o componente, mediante nova matrícula, com possibilidade de obtenção de conceito nos níveis A, B, C, S ou R;

§3º É considerado aprovado nas disciplinas o discente que tiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e obtiver os conceitos A, B, C ou S;

§4º A critério do CA do PBF pode ser exigido do discente um coeficiente de rendimento escolar (CR) das atividades acadêmicas, de acordo com o regulamento dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* vigente na instituição;

§5º Para efeito de cálculo de coeficiente de rendimento escolar (CR), por média aritmética ponderada, são atribuídos os seguintes pesos (P) aos conceitos:

P = 3 (se A)

P = 2 (se B)

P = 1 (se C)

P = 0 (se R)

$$CR = \frac{\sum (P \cdot CD)}{\sum (CD)} \text{ (Equação 1)}$$

-

Em que:

CD equivale ao número de créditos da disciplina cursada.

§6º A critério do CA do PBF, as disciplinas podem ser ministradas em idioma distinto do português.

§7º A critério do CA do Programa, podem ser aproveitados os estudos realizados, com a concessão dos créditos pertinentes, em outros Cursos *Stricto sensu*, da UEM ou de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, devidamente reconhecidas no país e internacionalmente conceituadas, nas quais o aluno já tenha sido aprovado.

Art. 36. O cancelamento de matrícula em qualquer componente curricular pode ser efetuado pelo aluno com a anuência de seu orientador, enquanto não houver cumprido 1/3 (um terço) da carga horária total do componente. Desta forma, o componente não é incluído no histórico escolar do aluno.

Parágrafo único. O cancelamento acima referido não dá direito ao aluno de solicitar prorrogação.



CAPÍTULO XI DOS CRÉDITOS

Art. 37. O PBF adota o sistema de créditos conforme os seguintes critérios:

- I— cada crédito teórico corresponde a 15 (quinze) horas/aula em componentes curriculares regulares do PBF;
- II— cada crédito prático corresponde a 30 (trinta) horas de atividades programadas;
- III— as horas dedicadas à elaboração da dissertação ou da tese não são computadas para efeito de integralização dos créditos.

Art. 38. O número mínimo de créditos exigidos no PBF é de 19 (dezenove) para mestrado e 29 (vinte e nove) para doutorado, sendo que para ambos no mínimo 10 (dez) créditos devem ser cumpridos no programa.

Parágrafo único. Os componentes curriculares Seminários Avançados I, Seminários Avançados II para mestrado e Seminários Avançados II para doutorado são obrigatórios para o Mestrado e Doutorado, equivalendo a 1 (um) crédito teórico cada. Para ambos os cursos, também é obrigatório o componente curricular Estágio em Docência, equivalente a 2 (dois) créditos para o Mestrado e 4 (quatro) para o Doutorado.

Art. 39. Créditos obtidos em componentes curriculares de Pós-Graduação *Stricto sensu* cursados pelo aluno em outros programas, podem ter aproveitamento aprovado pelo CA mediante normas pré estabelecidas.

§1º Para os fins do disposto neste artigo, o aluno ao requerer ao CA o aproveitamento de tais créditos, deve fornecer os certificados de conclusão com nota final, acompanhados dos seus respectivos planos de ensino e programas;

§2º Apenas os componentes curriculares com conceito A e B podem ser aproveitadas para o cômputo do número mínimo de créditos exigidos;

§3º É permitido o aproveitamento de crédito referente à participação em eventos científicos, desde que atendidas às seguintes condições:

- I— o evento deve ter carga horária mínima de 15 (quinze) horas;
- II— é integralizado no máximo 1 (um) crédito para o mestrado e 1 (um) crédito para o doutorado;
- III— cada aluno pode se beneficiar dessa condição uma única vez durante o mestrado e uma única vez durante o doutorado;
- IV— o aluno deve apresentar comprovante via requerimento junto à secretaria do PBF para que esta o encaminhe ao CA para homologação.

Art. 40. O estágio de docência é obrigatório para os cursos de Mestrado e Doutorado do PBF:

- I— a duração mínima do estágio de docência é de 1 (um) semestre para o mestrado e 2 (dois) semestres para o doutorado e a duração máxima para o mestrado é de 2 (dois) semestres e 3 (três) semestres para o doutorado;



~~II – compete ao professor responsável pela disciplina na UEM na qual é realizado o estágio de docência registrar e avaliar o estágio de docência para fins de crédito do pós-graduando, bem como a definição quanto à supervisão e o acompanhamento do estágio;~~

~~III – o docente de ensino superior, que comprovar tais atividades, fica dispensado do estágio de docência;~~

~~IV – as atividades do estágio de docência devem ser compatíveis com a área de pesquisa do programa de pós-graduação realizado pelo aluno, a qual é avaliada e deliberada pelo CA do PBF;~~

~~V – a carga horária máxima do estágio de docência é de 4 (quatro) horas semanais;~~

~~VI – a carga horária de aulas expositivas e/ou de laboratório não deve ultrapassar 30% (trinta por cento) carga horária total de cada disciplina do curso de graduação e 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do estágio;~~

~~VII – a carga horária do estágio de docência em sala de aula deve ser acompanhada por um docente responsável.~~

~~§1º pode obter equivalência no estágio de docência o aluno que comprovar atividades no ensino superior de no mínimo 30 (trinta) horas para aluno de mestrado e de 60 (sessenta) horas para alunos de doutorado desde que realizadas dentro da área em que o aluno está realizando a pós-graduação e respeitando o prazo máximo de realização da atividade docente de dois anos anteriores à data da matrícula no curso de mestrado ou de doutorado;~~

Art. 41. Os créditos obtidos por meio da realização do estágio em docência para os cursos de mestrado e doutorado são computados para o mínimo de créditos exigidos pelo PBF.

CAPÍTULO XII

DAS DISSERTAÇÕES, TESES E DOS TÍTULOS

Art. 42. Para obtenção do título de mestre ou de doutor, o aluno deve desenvolver uma dissertação ou tese sobre tema de interesse do PBF na linha de pesquisa do orientador.

Art. 43. A defesa do mestrado, a qualificação e a defesa do doutorado devem atender às normas estabelecidas pelo CA.

Art. 44. O aluno e o orientador solicitam junto ao CA do PBF, por meio de formulário próprio, solicitação de defesa com a sugestão de composição de Banca Examinadora de dissertação ou tese.

§1º A solicitação de defesa de dissertação ou tese deve ser entregue na secretaria do PBF no mínimo 7 (sete) dias antes da data de realização da reunião de CA que analisa o pedido de defesa.

§2º A dissertação ou tese deve ser apresentada em formato definido, obedecendo às normas fixadas pelo CA.

Art. 45 Para a defesa de dissertação ou tese o aluno deve:



- ~~I – integralizar todos os créditos exigidos;~~
- ~~II – ter projeto de dissertação ou tese aprovado pelo CA e PBF;~~
- ~~III – ter sido aprovado no Exame de Qualificação do doutorado conforme fixado em norma Programa;~~
- ~~IV – elaborar artigos científicos segundo normas de defesa dos cursos de mestrado e doutorado definidas pelo CA;~~
- ~~V – enviar à secretaria do programa cópia digital da dissertação ou tese e solicitação de defesa conforme Art. 44 deste regulamento.~~

Parágrafo único. ~~A dissertação ou tese pode ser redigida integralmente em língua estrangeira conforme normas aprovadas pelo CA.~~

Art. 46. ~~Pode ser concedida a prorrogação de prazo para o depósito da dissertação ou tese, mediante requerimento do aluno ao CA, acompanhado de parecer circunstanciado do orientador, justificativa da solicitação, relatório referente ao estágio atual da dissertação ou tese e de cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas no período.~~

Art. 47. ~~As Bancas Examinadoras de dissertação ou tese são aprovadas pelo CA e constituídas, respectivamente, por 3 (três) e por 5 (cinco) membros, presididas pelo orientador ou seu representante, sendo pelo menos 1 (um) externo ao PBF para o mestrado e, 1 (um) membro de outra instituição para o doutorado.~~

~~I – o representante que trata o caput deste artigo deve ser escolhido dentre os docentes permanentes do Programa pelo CA;~~

~~II – é vedada a participação de parentes na banca examinadora sejam eles do aluno, do presidente, e dos demais membros na forma de:~~

- ~~a) parentes em linha reta, por consanguinidade, em qualquer grau;~~
- ~~b) parentes em linha colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau;~~
- ~~c) parentes em linha reta ou em linha colateral, por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 1.595, §1º, do Código Civil);~~

~~III – é vedada, a participação na banca examinadora daqueles que se enquadrem nas seguintes situações de impedimento com o pós-graduando:~~

- ~~a) cônjuge ou companheiro;~~
- ~~b) ex-cônjuge ou ex-companheiro;~~
- ~~c) esteja litigando ou tenha litigado judicialmente ou administrativamente com o pós-graduando ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.~~

§1º ~~A Banca Examinadora deve ter 2 (dois) suplentes, sendo pelo menos 1 (um) externo ao PBF para o mestrado e 1 (um) membro de outra instituição para o doutorado.~~

§2º ~~Os membros da Banca Examinadora de defesa de dissertação ou tese, propostos pelo pós-graduando e orientador, são avaliados pelo CA.~~

§3º ~~A participação remota de membros em bancas de defesa de dissertações ou teses, por videoconferência simultânea, deve seguir as diretrizes estabelecidas pela CAPES.~~

§4º ~~o participante remoto deve encaminhar previamente à defesa seu parecer por escrito referente à dissertação ou tese.~~

§5º ~~Os ambientes em que estiverem sendo realizadas as defesas e os locais em que estiveram presentes os membros por presença remota devem estar~~



~~conectados em tempo real, permitindo a comunicação audiovisual entre todos os participantes até a conclusão de todo o trabalho.~~

~~§6º A defesa da dissertação ou tese deve ser pública e o resultado registrado em ata, assinada por todos os membros da banca com participação presencial, com 1 (uma) das seguintes decisões:~~

~~I- aprovado;~~

~~II- aprovado com correções;~~

~~III- sugestão de reformulação a ser apresentada no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, ficando a critério da banca estipular a necessidade de nova defesa pública.~~

~~IV- reprovado.~~

~~§7º A defesa da dissertação ou tese deixa de ser pública em caso de necessidade de proteção intelectual visando solicitação de patente, desde que haja pedido formal pelo orientador/orientado e aprovação pelo CA do Programa;~~

~~§8º A defesa da dissertação ou tese pode ser realizada em idioma distinto do português, desde que com aprovação do CA e da banca examinadora.~~

~~Art. 48. Para a obtenção do grau de mestre ou doutor, além das exigências regulamentares do Programa, devem ser atendidos os seguintes requisitos:~~

~~I- cumprimento de todos os créditos disciplinares exigidos pelo Programa;~~

~~II- aprovação no exame de qualificação do curso de doutorado;~~

~~III- aprovação em defesa pública de 1 (uma) dissertação para o curso de Mestrado e de 1 (uma) tese para o curso de Doutorado;~~

~~IV- envio ao Programa da versão definitiva em meio digital da dissertação ou da tese, em até 60 (sessenta) dias após a realização da defesa pública;~~

~~Art. 49. Para a emissão do diploma, todos os documentos exigidos pelo PBF e pelo DAA devem ser encaminhados pela secretaria do Programa.~~

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 50. As políticas de ações afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade do Programa, voltadas tanto para o ingresso de alunos quanto para a permanência o aluno e docentes, são estabelecidas por meio de resoluções específicas, em conformidade com o prescrito em lei e em normas institucionais.~~

~~Art. 51. Este regulamento está sujeito às demais normas estabelecidas para a Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEM e da CAPES.~~

~~Parágrafo único. Podem ser apreciadas sugestões para modificações do presente regulamento que, se aprovadas por 2/3 (dois terços), no mínimo, da totalidade dos membros do CA, são submetidas ao CI/CCS.~~

~~Art. 52. Os casos omissos são resolvidos pelo CA do PBF e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) da UEM.~~